



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS—UFT CAMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

JOSIMAR JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

A ORIGEM DA VIOLÊNCIA NO PODER ESTATAL EM HANNAH
ARENDT

Palmas-TO
2025

JOSIMAR JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

**A ORIGEM DA VIOLÊNCIA NO PODER ESTATAL EM HANNAH
ARENDT**

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito para obtenção do título de licenciado em Filosofia. Elaborado sob orientação do Professor Dr. Oneides Perius.

Palmas-TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S586o Silva Júnior, Josimar José da.
A origem da violência no poder estatal em Hannah Arendt. / Josimar José da Silva Júnior. – Palmas, TO, 2025.
31 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Filosofia, 2025.
Orientador: Oneides Perius
1. Hannah Arendt. 2. Violência estatal. 3. Poder político. 4. Totalitarismo. I.
Título

CDD 100

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Curso de Licenciatura em Filosofia

Josimar José da Silva Júnior

A ORIGEM DA VIOLÊNCIA NO PODER ESTATAL EM HANNAH ARENDT

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Tocantins como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado.

Data da aprovação: 31 de Outubro de 2025.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente



ONEIDE PERIUS

Data: 31/10/2025 16:13:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Oneide Perius

Orientador e Presidente da Banca

Documento assinado digitalmente



LEANDRO BECK FREIBERG

Data: 05/11/2025 07:36:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Leandro Beck Freiberg

Membro examinador

Documento assinado digitalmente



PEDRO ADALBERTO GOMES DE OLIVEIRA NETO

Data: 31/10/2025 18:57:12-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Adalberto Gomes de Oliveira Neto

Membro examinador

Dedico este trabalho à minha família em especial minha mãe, Rosineilde Alves e meu pai Josimar José, pelo incentivo, em nunca desistir em minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente a Deus, por me conceder saúde, sabedoria e força durante toda a caminhada acadêmica, ao Prof. Dr. Oneide Perius pela orientação nesta pesquisa, bem como, pelos diálogos esclarecedores e pelas contribuições na minha carreira acadêmica em termos de produção científica. Suas críticas sociais, ministradas em aulas, me incentivaram na busca pela ampliação da minha formação política.

À minha família, sobretudo, a minha mãe e meu pai batalhadores que incentivam seus filhos a lutarem por melhores condições de vida e, acima de tudo, a serem felizes. Ao meu irmão Suelber dos Santos que sempre me incentivou na busca pelo conhecimento. Aos meus colegas de trabalho, Fernando Weuller, José Alissom, Lucas Luciano e Alef Cardoso por sempre me apoiarem principalmente em horários de trabalho em que eu precisava está presente em estágios na escola para a conclusão de um curso superior. A minha esposa que sempre esteve ao meu lado, nas horas de dificuldades e alegrias. Devo a vocês o indivíduo que sou e pretendo me tornar. Aos membros da banca examinadora, prof. Dr, Leandro Beck Freiberg e prof. Dr, Pedro Gomes, por aceitarem o convite para fazer parte dessa avaliação e por dedicarem seu tempo e atenção para realizar a apreciação dessa pesquisa inicial da minha formação. Aos professores do Colegiado do Curso de Filosofia da UFT, pela dedicação na formação de indivíduos críticos, conscientes de sua atuação para a formação política e cidadã de tantos outros indivíduos. Em especial, agradecer ao professor Divino Viana que foi meu orientador de estágio em sala de aula, onde houve um aprendizado satisfatória da verdadeira realidade em uma educação pública. Aos meus colegas de curso, do mesmo período e períodos afins com os quais tive o prazer de conviver em minha formação extensa, diga-se de passagem, as trocas realizadas durante o curso que, não só tornaram possível a conclusão dessa etapa, como também permitiram me conhecer melhor, conhecer o outro, conhecer o mundo e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho, minha sincera gratidão.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda uma questão fundamental da filosofia política contemporânea com a relação entre poder e violência no âmbito estatal. O trabalho parte de uma análise crítica de eventos contemporâneos que evidenciam o uso excessivo da força por agentes do Estado, exemplificado pelo emblemático "caso Genivaldo", ocorrido em maio de 2022 no estado de Sergipe. O caso Genivaldo representa um marco na discussão sobre violência policial no Brasil. Genivaldo de Jesus Santos, homem negro de 38 anos portador de transtornos mentais, foi vítima de uma abordagem policial que resultou em sua morte por asfixia mecânica e insuficiência respiratória. Durante a ação, policiais rodoviários federais o confinaram no porta-malas de uma viatura e liberaram gás lacrimogêneo e spray de pimenta, transformando o espaço em uma "câmara de gás". Este episódio gerou comoção nacional e internacional, tornando-se símbolo do abuso de poder estatal e da violência institucionalizada. A pesquisa ancora-se na filosofia política de Hannah Arendt (1906-1975), particularmente em sua distinção conceitual entre poder e violência. Para Arendt, o poder genuíno fundamentase no consenso e na participação coletiva, constituindo-se como uma força legitimadora que emerge da ação conjunta dos cidadãos. Em contrapartida, a violência manifesta-se como um instrumento coercitivo que, paradoxalmente, emerge quando o poder entra em colapso ou se encontra em crise. A análise arendtiana do totalitarismo, desenvolvida em *Origens do Totalitarismo*, fornece o arcabouço teórico para compreender como regimes políticos podem instrumentalizar a violência como mecanismo de controle social. O trabalho estabelece paralelos entre os regimes totalitários históricos, como o nazismo alemão, e manifestações contemporâneas de violência estatal.

PALAVRAS-CHAVE: Hannah Arendt, Violência estatal, Poder político, Totalitarismo.

ABSTRACT

This final project addresses a fundamental question in contemporary political philosophy: the relationship between power and violence within the state. The work is based on a critical analysis of contemporary events that highlight the excessive use of force by state agents, exemplified by the emblematic "Genivaldo case," which occurred in May 2022 in the state of Sergipe. The Genivaldo case represents a milestone in the discussion on police violence in Brazil. Genivaldo de Jesus Santos, a 38-year-old Black man with mental health issues, was the victim of a police stop that resulted in his death from mechanical asphyxiation and respiratory failure. During the operation, federal highway patrol officers confined him in the trunk of a patrol car and deployed tear gas and pepper spray, turning the space into a "gas chamber." This episode generated national and international commotion, becoming a symbol of the abuse of state power and institutionalized violence. The research is anchored in Hannah Arendt's (1906-1975), political philosophy, particularly her conceptual distinction between power and violence. For Arendt, genuine power is based on consensus and collective participation, constituting a legitimizing force that emerges from the joint action of citizens. In contrast, violence manifests itself as a coercive instrument that, paradoxically, emerges when power collapses or is in crisis. Arendt's analysis of totalitarianism, developed in *"The Origins of Totalitarianism,"* provides the theoretical framework for understanding how political regimes can instrumentalize violence as a mechanism of social control. The work draws parallels between historical totalitarian regimes, such as German Nazism, and contemporary manifestations of state violence.

KEYWORDS: Hannah Arendt, State violence, Political power, Totalitarianism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFT: Universidade Federal do Tocantins

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

PRF: Polícia Rodoviária Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. CAPÍTULO I: A distinção entre poder e violência segundo Hannah Arendt, especialmente na obra <i>Sobre a Violência</i> (2024)	13
2.1 O poder.	13
2.2 A violência	15
3. CAPÍTULO II: As condições históricas e políticas que, segundo Arendt, Levam o Estado a recorrer à violência como substituto do poder legítimo	19
3.1 A cultura da violência.	18
4. CAPÍTULO III A crítica de Arendt aos regimes totalitários e sua análise sobre a instrumentalização da violência no contexto estatal.	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

O que mais se observa em noticiários atuais são forças policiais usando de seu poder estatal com o objetivo de agredir a integridade física e psíquica dos cidadãos. Um exemplo disso é o “caso Genivaldo”¹. Aconteceu em maio de 2022, em Sergipe, quando Genivaldo de Jesus Santos, um homem negro de 38 anos com transtornos mentais, foi abordado por policiais rodoviários federais. Durante a abordagem, ele foi colocado no porta-malas de uma viatura, na qual os policiais liberaram gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta, transformando aquele espaço em uma espécie de “câmara de gás”. Genivaldo morreu por asfixia mecânica e insuficiência respiratória. Esse caso gerou grande comoção nacional e internacional, sendo um exemplo claro de violência policial, abuso de poder estatal.

O caso narrado acima é um exemplo em que a prática política demonstra que a violência não apenas acompanha a crise do poder, mas muitas vezes é incorporada como um elemento estrutural do próprio Estado. A violência pode ser percebida tanto em regimes autoritários quanto em democracias, variando em intensidade e justificativa. Em regimes totalitários, como aqueles analisados por Hannah Arendt (1906-1975) em *Origens do Totalitarismo* (2012), a violência é um instrumento fundamental para a manutenção do poder. Já em Estados democráticos, o uso da força pelo Estado pode ser justificado como forma de manutenção da ordem e da segurança, no entanto em determinados contextos, pode sinalizar um enfraquecimento da autoridade legítima dentro do poder estatal.

Essa relação entre poder e violência por parte do poder estatal atinge o extremo da não dignidade humana, gerando um instrumento de direcionamento e controle da sociedade, o nazismo, que foi um regime totalitário e autoritário liderado por Adolf Hitler (1889-1945), que governou a Alemanha entre 1933 e 1945. Sua ideologia combinava nacionalismo extremo, racismo biológico, antissemitismo², antiliberalismo³ e antimarxismo⁴. O regime visava a

¹ “O caso Genivaldo”. G1. Acesso em: 27 mai. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/10/15/morto-sufocado-por-prfs-veja-a-cronologia-do-caso-genivaldo-santos-em-sergipe.ghtml>

² Antissemitismo foi o movimento ou ideologia política contrária aos judeus: o antissemitismo ficou historicamente conhecido como perseguição aos judeus. Acesso em: 27 mai. 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/antissemitismo/>.

³ Antiliberalismo é uma doutrina que se opõe aos princípios liberais e que defende o Estado forte, com o papel de intervir na economia para corrigir desequilíbrios provocados pelo livre mercado. Acesso em: 27 mai. 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/antiliberalismo/>.

⁴ Antimarxismo é uma teoria filosófica, política e econômica que, criada por Karl Marx (1818 - 1883), explica as modificações e desenvolvimentos da sociedade. Acesso em: 27 mai. 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/marxismo/>.

construção de uma sociedade baseada na “pureza racial” e na submissão total ao Estado, resultando em políticas de perseguição, exclusão e extermínio de grupos considerados “indesejáveis”, especialmente os judeus. O mencionado regime levou à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto, genocídio no qual cerca de 6 milhões de judeus foram assassinados. O nazismo revelou ao mundo as dimensões trágicas do totalitarismo e da política baseada no ódio racial. Foi um regime que marcou historicamente a nossa vivência como seres humanos, pois decorridos, cerca de oitenta anos do fim da Segunda Guerra, aqueles fatos ainda reverberam na história recente do Brasil, como foi o caso do golpe militar de 1964, a partir do qual o poder político passou a ser concentrado nas mãos de uma elite militar, sustentado pela repressão, censura e supressão das liberdades políticas.

Arendt diferencia esse tipo de regime do totalitarismo, destacando que: “O governo autoritário não exige a obediência ideológica de seus cidadãos, nem tenta dominar todos os aspectos da vida. Ele se contenta com a obediência política e frequentemente permite a existência de esferas sociais e econômicas autônomas” (Arendt, 2012, p. 417).

Assim, a ditadura militar impõe um controle severo sobre a esfera política, mas não busca o controle absoluto da sociedade como um todo. Tais acontecimentos históricos demonstram que a violência está se naturalizando na atualidade nas práticas dos poderes estatais, como uma ferramenta de controle e sujeição dos cidadãos. O poder e a violência dentro do Estado são questões centrais na filosofia política de Arendt. Como esclarecer o surgimento desses comportamentos violentos por parte do poder estatal, na perspectiva de Hannah Arendt, em nossa contemporaneidade?

A pesquisa “A origem da violência no poder estatal em Hannah Arendt” justifica-se pela relevância em compreender as dinâmicas entre poder e violência dentro das estruturas estatais contemporâneas. Em um contexto global marcado por conflitos políticos, repressões governamentais e crises de legitimidade, torna-se essencial refletir sobre como a violência é utilizada ou justificada pelo Estado, e de que forma essa prática se distancia ou se aproxima da ideia de poder legítimo, conforme proposto por Arendt.

A filósofa argumenta que "poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente" (Arendt, 2024, p. 56). Essa distinção é crucial para entender que o uso da violência pelo Estado não é uma extensão do poder, mas sim um sinal de sua fragilidade. Quando o Estado recorre à violência para manter a ordem, isso indica que perdeu a capacidade de obter o consenso necessário para exercer seu poder de forma legítima.

Portanto, analisar a origem da violência no poder estatal à luz do pensamento de Hannah permite compreender as implicações da utilização da força pelas instituições governamentais e os riscos que isso representa para a legitimidade e estabilidade das estruturas políticas contemporâneas.

Esta pesquisa visa contribuir para o campo da filosofia política, oferecendo uma análise crítica que pode auxiliar na compreensão dos mecanismos de dominação e resistência presentes nas sociedades modernas. Além disso, pretende-se fomentar o debate acadêmico sobre a relevância das ideias de Arendt na interpretação dos fenômenos políticos atuais, especialmente no que tange à relação entre o Estado que, ao perder o controle estatal, se submete à origem da violência a sociedade.

Hannah Arendt, em sua obra *Sobre a Violência*, estabelece uma distinção fundamental entre poder e violência. Para ela, o poder é a capacidade de agir em conjunto, fundamentado no consenso e na ação coletiva. Já a violência é vista como um instrumento que pode destruir o poder, mas jamais criá-lo. “O poder precisa de número, enquanto a violência depende de instrumentos.” (Arendt, 2024, p. 51).

Essa distinção é crucial para entender que o uso da violência pelo Estado não é uma extensão do poder, mas sim um sinal de sua fragilidade. Quando o Estado recorre à violência para manter a ordem, isso indica que perdeu a capacidade de obter o consenso necessário para exercer seu poder de forma legítima. Arendt argumenta que nenhum governo pode se sustentar exclusivamente pela violência. A dependência excessiva da força indica a ausência de autoridade legítima e o abandono do poder oriundo⁵ do consenso. “Nunca existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência” (Arendt, 2024, p. 56).

Além disso, Arendt critica a tendência de justificar a violência como meio necessário para alcançar objetivos políticos. Ela alerta que a violência tende a se perpetuar, criando um ciclo vicioso que compromete a liberdade e a pluralidade essenciais à política. A filósofa também aborda o conceito de cultura da violência, descrevendo como a violência se torna uma maneira legítima de resolver conflitos e as pessoas se tornam insensíveis a ela. “A cultura da violência se desenvolve quando as pessoas são expostas à violência com frequência, seja através da mídia, da experiência pessoal ou da educação” (Arendt, 2024, p. 23).

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória e bibliográfica que fundamenta-se na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos e

⁵ Oriundo deriva do latim "oriundus, a, um", que significa descendente, que tem sua origem em algo ou alguém. Acesso em: 04 setembro. 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/oriundo/>.

outras fontes relevantes. A coleta de dados será realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Serão analisadas as principais obras de Hannah Arendt, especialmente *Sobre a Violência* (2024), *A Condição Humana* (2020) e *Origens do Totalitarismo* (2012). Além disso, serão consultados artigos acadêmicos, dissertações e teses que discutem a temática da violência e do poder estatal em sua obra. A seleção das fontes será baseada em sua relevância, atualidade e contribuição para o aprofundamento do tema.

O processo de análise envolverá as seguintes etapas: leitura das obras selecionadas para familiarização com o conteúdo, exploração do material, identificação das unidades de significado relacionadas aos conceitos de poder e violência. Essa abordagem permitirá uma compreensão aprofundada das concepções de Hannah Arendt sobre a violência no poder estatal, contribuindo para a análise crítica do tema proposto.

2. CAPÍTULO I

A distinção entre poder e violência segundo Hannah Arendt, especialmente na obra *Sobre a Violência* (2024).

O objetivo do capítulo é delinear a temática da investigação, explorando a distinção entre o poder e a violência no poder estatal, destacando exemplos do cotidiano, que possa a nos possibilitar um entendimento do mecanismo de funcionamento dentro da esfera pública, na perspectiva da filósofa Hannah Arendt.

2.1. O Poder

O poder emerge da capacidade de agir em conjunto e do consenso entre todos, sintetizar essa distinção é crucial, evidenciando que o uso da violência por parte do Estado é, na verdade, um sinal de sua fragilidade e da perda de sua autoridade legítima. A dependência excessiva da força bruta revela a incapacidade de um governo de mobilizar o consentimento de seus cidadãos, o que é a verdadeira essência do poder. (Arendt 2024, p. 63).

Para Hannah Arendt, a compreensão da política e dos fenômenos sociais exige uma distinção rigorosa entre conceitos que, frequentemente, são utilizados de forma intercambiável⁶, como poder e violência. Essa distinção é central em sua obra, especialmente em *Sobre a Violência*, onde a filósofa se dedica a desmistificar a ideia de que poder e violência seriam meras gradações de um mesmo fenômeno. Ao contrário, Arendt argumenta que são fenômenos opostos, com naturezas e origens distintas, e que a confusão entre eles pode levar a graves equívocos na análise política e na prática governamental. Arendt (2024) inicia sua discussão sobre a violência questionando a premissa comum de que o poder é inerentemente violento ou que a violência é apenas uma forma extrema de poder. Para ela, essa equivalência conceitual é um erro fundamental que obscurece a verdadeira natureza de ambos os fenômenos e impede uma análise política acurada. A distinção não é meramente semântica, mas ontológica⁷, afetando a forma como compreendemos a ação humana e a organização política. “O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe apenas quando o grupo estiver unido”. (Arendt, 2024, p. 55).

⁶ Intercambiável é um adjetivo que se consegue intercambiar, trocar uma coisa por outra; que pode ser trocado ou permutado: o valor excedente da compra não pode ser intercambiável. Acesso em: 04 setembro 2025. Disponível em: : <https://www.dicio.com.br/oriundo/>.

⁷ Antologia, que busca analisar o que existe no mundo, a natureza do ser e a realidade. Acesso em: 04 setembro 2025. Disponível em: : <https://www.dicio.com.br/oriundo/>.

Arendt define o poder como a capacidade de agir em conjunto, de forma consensual, entre indivíduos que se reúnem para um propósito comum. O poder, para ela, não é uma propriedade individual, mas sim um fenômeno intersubjetivo que surge e se mantém na esfera pública, através da comunicação e da ação concertada. É a capacidade de um grupo de pessoas agirem em uníssono⁸, e sua legitimidade deriva do consentimento e do reconhecimento mútuo. “O poder corresponde à capacidade humana não apenas de agir, mas de agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantém unido”. (Arendt, 2024, p. 49).

Essa concepção de poder é intrinsecamente ligada à pluralidade humana e à liberdade, pois é no espaço de aparição, onde os indivíduos se encontram e deliberam, que o poder se manifesta e se fortalece. Arendt enfatiza que o poder não é um instrumento de dominação, mas sim a condição para a ação política. Ele não se impõe de cima para baixo, mas emerge horizontalmente das relações entre os indivíduos. A força do poder reside na sua capacidade de unir as pessoas em torno de um objetivo comum, criando um vínculo que é mais forte do que qualquer coerção física. Quando o poder é exercido, ele não diminui, mas se multiplica, pois, cada nova ação conjunta o fortalece e o expande. É um fenômeno que se retroalimenta, crescendo à medida que mais pessoas se engajam na ação política e no diálogo.

Exemplificamos comportamentos atuais de poder ligados ao caso Genivaldo a uma mobilização⁹ social após o caso, a população se uniu em protestos exigindo justiça. Isso é poder no sentido arendtiano, pessoas reunidas em consenso e ação conjunta. A imprensa e redes sociais jornalistas e cidadãos que expuseram o caso criaram um espaço público de debate, fortalecendo a verdade e pressionando instituições. Esse agir coletivo gera poder. Ação de órgãos de controle quando Ministério Público e Defensoria se unem para investigar, exercem poder porque respondem a uma demanda coletiva de justiça e preservam a legitimidade do Estado.

Um excelente exemplo atual e simples do conceito de poder de Hannah Arendt são os movimentos de desobediência civil organizados. Pense nos protestos pacíficos contra a segregação racial nos Estados Unidos, liderados por figuras como Martin Luther King Jr (1929-

⁸ uníssono Que não apresenta diferenças; semelhantes. Acesso em: 04 setembro 2025. Disponível em: : <https://www.dicio.com.br/oriundo/>.

⁹ Movimento negro realiza uma manifestação por Genivaldo Jesus Santos, morto asfixiado em Umbaúba (SE), em frente à sede da Polícia Rodoviária Federal, na capital paulista, na manhã desta sexta-feira, 27 — Foto: ISAAC FONTANA/CJPRESS/ESTADÃO CONTEÚDO. : Acesso em 04 setembro 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/27/manifestantes-protestam-em-frente-a-sede-da-prf-em-sao-paulo-apos-a-morte-de-genivaldo-durante-abordagem-em-sergipe.ghtml>.

1968)¹⁰, ou nas manifestações por direitos civis e democracia em várias partes do mundo, um tipo de ação em concerto na qual esses movimentos não dependiam da força de um único indivíduo, mas da união de milhares de pessoas que compartilhavam um objetivo comum. O poder deles não estava em armas, mas na sua capacidade de agir em conjunto. Criação de um Espaço Público onde todos se reuniam em praças, ruas ou durante marchas, os cidadãos criaram um "espaço de aparência" onde suas vozes e opiniões podiam ser ouvidas, gerando um debate público e pressionando por mudanças. Um exemplo educacional que podemos argumentar, um grêmio estudantil em uma escola pública, na qual os alunos se organizam para formar um grêmio, debater problemas reais da escola como a qualidade da merenda, a necessidade de uma biblioteca melhor ou a organização de eventos culturais e apresentar propostas à direção, eles estão exercendo poder no sentido arendtiano. O poder não está no presidente do grêmio, mas na união e no consentimento dos estudantes que apoiam aquela causa.

Imagine um grupo de professores que, insatisfeitos com o método tradicional, se reúne para criar uma feira de ciências interdisciplinar. Eles planejam, discutem, dividem tarefas e mobilizam os alunos. O sucesso do evento não vem de uma ordem da direção, mas da "formação de uma vontade comum" entre aqueles educadores para iniciar algo novo. Mutirão de pais e alunos a uma escola com um pátio malcuidado, vê pais, alunos e funcionários se unindo em um fim de semana para pintar muros, plantar um jardim e consertar brinquedos. Essa ação coletiva, voluntária e com um objetivo visível, cria um poder momentâneo que transforma a realidade física da escola. É a união de pessoas diversas agindo em concerto.

2.2. A Violência

Em contrapartida, a violência é compreendida por Arendt como um instrumento, um meio para atingir um fim, e não um fim em si mesma. A violência é caracterizada por sua natureza instrumental e por sua capacidade de destruir. Ela opera através da coerção e da imposição, e sua eficácia reside na capacidade de forçar a obediência, eliminando a liberdade e a pluralidade. Arendt é enfática ao afirmar que, "Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente". (Arendt, 2024, p. 66).

¹⁰ Martin Luther King Jr (1929-1968) foi um pastor batista e um dos principais líderes negros na luta contra a discriminação racial nos Estados Unidos. Acesso em 04 setembro 2025. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/martin-luther-king/>.

Essa afirmação ressalta a incompatibilidade fundamental entre os dois conceitos: o poder se baseia na persuasão e no consenso, enquanto a violência se fundamenta na imposição e na destruição. A violência pode ser eficaz para destruir o poder, mas jamais para criá-lo ou sustentá-lo de forma duradoura. Um governo que se apoia exclusivamente na violência está, na verdade, revelando sua própria fragilidade e a ausência de poder legítimo. A violência, ao contrário do poder, é silenciosa e solitária. Ela não requer a comunicação ou o consenso, mas sim a submissão. Sua manifestação mais pura é a destruição, seja de vidas, de bens ou de relações. Arendt (2024) argumenta que a violência é sempre um sinal de impotência, pois ela só é utilizada quando o poder falha. Um regime que precisa recorrer constantemente à violência para se manter no controle demonstra que perdeu a capacidade de gerar obediência voluntária e que sua autoridade não é mais reconhecida pelos governados. A violência, portanto, é a antítese do poder, e sua presença indica a ausência de uma esfera política saudável.

O uso da força policial desproporcional no caso, a violência substituiu o diálogo, revelando a incapacidade de agir pelo consenso. Para Arendt, isso mostra a falência do poder. Tentativas de silenciamento quando autoridades tentam minimizar ou justificar o ocorrido em vez de esclarecer, é violência simbólica, pois nega espaço ao debate público. Medo imposto à comunidade a moradores da região que passaram a temer a polícia após o episódio ocorrido, sobretudo vivem os efeitos da violência estatal que destrói a confiança no poder legítimo. Assim, Arendt diria que o caso Genivaldo mostra como o Estado recorre à violência quando perde poder ou seja, quando já não consegue manter legitimidade por meio do diálogo e da ação conjunta com os cidadãos.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (Foucault, 1979, np.).

A distinção arendtiana entre poder e violência é particularmente relevante para a análise do papel do Estado e do uso da força institucionalizada. Quando o Estado recorre à violência para manter a ordem ou para impor sua vontade, isso não deve ser interpretado como uma manifestação de seu poder, mas sim como um sinal de sua fragilidade e da perda de sua autoridade legítima. Arendt argumenta que nenhum governo pode se sustentar exclusivamente pela violência, pois a força bruta, por si só, não gera obediência duradoura nem consenso. "Nunca existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência" (Arendt, 2024, p. 56). A dependência excessiva da força indica que o Estado perdeu a capacidade de mobilizar o

consentimento de seus cidadãos, o que é a verdadeira essência do poder. Arendt (2024) ressalta que a violência pode ser um meio eficaz para destruir o poder, mas é incapaz de criar as condições para a sua emergência. Um regime que se sustenta pela violência está, na verdade, em um estado de constante crise, pois a obediência que ele gera é baseada no medo, e não no reconhecimento de sua legitimidade. Essa obediência é frágil e pode ser facilmente quebrada quando as condições mudam ou quando a força se esgota. O uso da violência pelo Estado, portanto, é um sintoma de uma crise de poder. Em vez de ser uma extensão natural do poder, a violência surge quando o poder começa a se desintegrar. Regimes que dependem fortemente da violência para se manterem no controle, como as ditaduras ou os regimes totalitários, demonstram uma profunda carência de poder genuíno.

A violência, nesses casos, é uma tentativa desesperada de compensar a ausência de consenso e a incapacidade de gerar obediência voluntária. Arendt observa que, embora a violência possa ser um instrumento eficaz para destruir o poder, ela é incapaz de criar as condições para a sua emergência. A longo prazo, a violência mina as bases do poder, corroendo a confiança e a capacidade de ação conjunta que são essenciais para a vida política. Assim, a violência não é um atributo do poder, mas sim sua antítese, um indicador de sua falência e de sua substituição por meios coercitivos. Arendt (2024) adverte que a escalada da violência em um regime é um sinal claro de que o poder está em declínio. Quanto mais um governo precisa recorrer à força, menos poder ele realmente possui. A violência é, portanto, um substituto precário para o poder, e sua utilização excessiva leva à desintegração da esfera política e à destruição da liberdade. A filósofa nos convida a refletir sobre a importância de preservar o poder como um fenômeno plural e consensual, e de resistir à tentação de confundir a força com a autoridade legítima.

A violência como instrumento de coerção nos coloca a pensar em um exemplo atual e simples, um gerente que não consegue inspirar sua equipe a colaborar de forma produtiva ou seja, não consegue gerar poder recorre a gritos, ameaças de demissão e humilhações para forçar a obediência e o cumprimento de metas. Em uma análise Arendtiana, este cenário ilustra perfeitamente a natureza instrumental da violência, pois não é o objetivo final, mas uma ferramenta para atingir um fim.

A violência, sendo por natureza instrumental, é racional na medida em que é eficaz para atingir o fim que a justifica, a violência não promove causas, nem a história nem a revolução, nem o progresso nem a reação mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública, (Arendt 2024). O chefe usa a violência verbal e psicológica como um instrumento para o fim de curto prazo como a produtividade forçada. No entanto, ao fazer isso, ele destrói a

possibilidade de um poder genuíno, que seria a equipe trabalhando em conjunto por vontade própria, ele substitui o poder que ele não tem pela violência.

Uma discussão familiar ou uma assembleia de condomínio sobre um tema polêmico, em vez de usar argumentos e persuasão para chegar a um consenso, uma das partes começa a gritar, ofender ou parte para a agressão física para impor seu ponto de vista. Arendt define a política como a atividade que ocorre através da fala e da ação entre iguais. A violência é, por definição, anti-política porque ela destrói a fala. O poder é de fato da essência de todo governo, mas a violência não é. Onde a violência não mais se submete ao controle e à verificação do poder, começa a tirania. (Arendt, 2024).

No momento em que a violência começa, o debate termina. Essa ação silencia o outro, eliminando a pluralidade de opiniões que é a base da vida política. O agressor não o convenceu, ele apenas forçou o fim da discussão. Isso se aplica desde uma briga de bar até a repressão estatal a protestos. Um cidadão tenta resolver um problema em uma repartição pública e é jogado de um guichê para outro, encontrando funcionários que apenas "seguem as regras" de forma cega, sem qualquer consideração pela sua situação humana. A pessoa se sente impotente diante de um sistema impessoal.

A análise Arendtiana, descreve a burocracia como a forma mais tirânica de governo: o "governo de Ninguém". A violência aqui não é cometida por uma pessoa má, mas pelo próprio sistema. "A burocracia é a forma de governo na qual todos são privados da liberdade política, do poder de agir; pois esse domínio de Ninguém não é ausência de domínio, e onde todos são igualmente impotentes, temos uma tirania sem tirano. (Arendt, 2024, p.33). A violência da burocracia está na sua capacidade de desumanizar e negar a ação. O sistema, com suas regras instrumentais, age sobre o indivíduo, que não pode revidar ou dialogar. É uma violência silenciosa e sistêmica, ligada ao conceito da "banalidade do mal", onde atos terríveis podem ser cometidos por pessoas comuns que simplesmente abdicam de sua capacidade de pensar e julgar, não menos importante em sua obra *sobre a violência* Arendt (2024) apresenta alguns pontos que se relacionam com poder e violência, mas que tem sua particularidade.

3. Capítulo II

As condições históricas e políticas que, segundo Arendt, levam o Estado a recorrer à violência como substituto do poder legítimo.

O objetivo desse capítulo é apresentar, como acontecimentos históricos, onde a força estatal era soberana, impunha por meio da violência, para se adquirir ordem, e como esse modelo de poder, até hoje nos tempos contemporâneos, está se alocando como um meio cultural.

3.1 A cultura da violência

Arendt também aborda a preocupante tendência de a violência se perpetuar, criando um ciclo vicioso que compromete a liberdade e a pluralidade essenciais à política. Ela descreve o que pode ser entendido como uma “cultura da violência”, na qual a violência se torna uma maneira legítima de resolver conflitos e as pessoas se tornam insensíveis a ela. “A cultura da violência se desenvolve quando as pessoas são expostas à violência com frequência, seja através da mídia, da experiência pessoal ou da educação” (Arendt, 2024, p. 80).

Essa banalização da violência é um dos maiores perigos para a vida política, pois ela corrói a capacidade de indignação e de resistência, tornando a sociedade mais suscetível à dominação. Arendt (2024) argumenta que a cultura da violência não é apenas um fenômeno social, mas também político, pois ela mina as bases da ação e do discurso, que são essenciais para a vida política. Quando a violência se torna a norma, a capacidade de pensar criticamente e de agir em conjunto é enfraquecida, abrindo caminho para a tirania e o totalitarismo. A filósofa nos convida a refletir sobre a importância de resistir à banalização da violência e de preservar a esfera pública como um espaço de liberdade e pluralidade. Os impactos dessa cultura da violência são visíveis na sociedade contemporânea, onde a violência é frequentemente normalizada e até mesmo glorificada em diversas esferas. A exposição constante a atos violentos, seja através de noticiários, entretenimento ou experiências pessoais, pode levar a uma dessensibilização, diminuindo a percepção de sua gravidade e suas consequências.

Quando a violência é percebida como uma ferramenta eficaz para alcançar objetivos, a distinção arendtiana entre poder e violência se torna ainda mais urgente. Arendt nos alerta para o perigo de confundir a eficácia da violência com a legitimidade do poder, pois essa confusão pode levar à aceitação de regimes e práticas que minam as bases da liberdade e da dignidade humana. A superação da cultura da violência exige um resgate da esfera pública como espaço de ação e discurso, onde o poder legítimo possa emergir do consenso e da pluralidade, e não da imposição e da coerção. Arendt (2024) enfatiza que a violência, por mais que possa parecer

uma solução rápida para os problemas, é sempre uma solução temporária e destrutiva. Ela não resolve os problemas, mas os adia e os agrava, criando um ciclo de retaliação e de sofrimento. A verdadeira solução para os problemas políticos reside na capacidade de agir em conjunto, de dialogar e de construir o consenso, que são as bases do poder legítimo. A cultura da violência, ao contrário, impede o surgimento do poder, pois ela destrói a confiança e a capacidade de ação conjunta que são essenciais para a vida política.

A filósofa nos convida a resistir à tentação da violência e a buscar soluções políticas que sejam baseadas na liberdade, na pluralidade e no consenso. Quando um governo perde a confiança e o apoio de seus cidadãos, ele não pode mais contar com a ação conjunta e o consentimento que constituem o verdadeiro poder. Para manter o controle, o regime recorre à violência como uma tentativa desesperada de impor obediência onde a autoridade já não existe. Arendt observa que o "domínio de Ninguém" um governo burocrático, impessoal e complexo é uma das formas mais cruéis de tirania. Nesse sistema, não há uma pessoa ou grupo claramente responsável pelas decisões, o que torna a responsabilização impossível. Essa falta de responsabilidade e a distância entre governantes e governados criam um vácuo de poder.

A violência torna-se uma ferramenta administrativa para garantir que as regras sejam seguidas, substituindo o engajamento cívico e o consenso que gera um fracasso em lidar com mudanças sociais e políticas que é quando um regime se mostra incapaz de se adaptar a novas demandas sociais, crises econômicas ou mudanças políticas, sua base de poder enfraquece. Movimentos de protesto, desobediência civil e a ascensão de novas ideologias podem desafiar a autoridade estabelecida. Se o Estado não consegue integrar ou responder a esses desafios através do diálogo e da persuasão as ferramentas do poder, ele pode optar pela repressão violenta para silenciar a oposição e manter a ordem pois a tentativa de criar poder com a violência é uma ilusão comum, segundo Arendt, é a crença de que a violência pode gerar poder. Regimes totalitários, por exemplo, usam o terror não apenas para destruir seus inimigos, mas para fabricar uma nova forma de "poder". No entanto, o resultado não é poder, mas o domínio total, que exige violência constante para se sustentar. "A violência pode destruir o poder, mas nunca criá-lo". (Arendt 2024).

Em *A Condição Humana*, Arendt (2020) aprofunda sua análise sobre a vida ativa, distinguindo entre labor, trabalho e ação. É na esfera da ação que o poder político se manifesta em sua forma mais autêntica, intrinsecamente ligada à pluralidade e à liberdade. A ação, para Arendt, é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação de coisas ou matéria, e é dela que nasce o poder. A esfera pública, por sua vez, é o palco onde a ação é o discurso se tornam visíveis, permitindo a manifestação da identidade individual e a

construção de um mundo comum. Arendt (2020) argumenta que a compreensão da vida humana em sua totalidade exige a distinção entre essas três atividades, pois cada uma delas possui um modo de ser e um propósito distintos. O labor está relacionado à sobrevivência biológica, o trabalho à criação de um mundo artificial de coisas duráveis, e a ação à interação entre os seres humanos, à revelação da singularidade e à construção do poder político. É na ação que a liberdade se manifesta plenamente, pois ela é a capacidade de iniciar algo novo, de romper com o ciclo da necessidade e da utilidade.

O agir em concerto, como se vê, é o oposto da polarização, na forma como a descrevemos, que em última instância recusa tanto a distinção que nos singulariza quanto a igualdade que nos permite compreender uns aos outros (Arendt, 2020, p. 217).

Hannah Arendt apresenta em sua obra uma distinção, que nos tempos do estado das ciências políticas na terminologia, não se diferenciavam entre as palavras-chaves que, para Hannah era de muita importância a diferença para entender os conceitos centrais de cada palavra. Como já foi apresentado o conceito de poder e violência, a pensadora destaca elementos que se aproximam dos sistemas apresentados: *vigor, força e autoridade*, fazendo uma ligação, a filósofa destacou, que havia diferentes pensadores da época, que se defeniam como de esquerda e direita, Wright Mills,¹¹ Max Weber¹², Mao Tse-tung¹³ e Bertrand de Jouvenel¹⁴ que diria que, “todos veem na violência, a mais flagrante manifestação de poder, entendido como domínio do homem sobre o homem, que exige a efetividade do comando, gerando um só elemento político e social (Arendt, 2024, p.10).

Ela destorce essas ideias e coloca seu argumento em uma distinção focando mais no poder, nos mostrando através de sua obra *A Condição Humana*, Hannah Arendt (2020). “O agir em concerto” (Arendt, 2024, p.55). Hannah procurou fazer essas distinções, a distinção do poder e da violência:

¹¹ Charles Wright Mills (1916-1962) foi um sociólogo, pesquisador e professor norte-americano, autor da obra “A Imaginação Sociológica”, um importante trabalho publicado em 1959. Acesso em 23 de setembro de 2025 <https://www.ebiografia.com/>.

¹² Max Weber (1864-1920) foi um importante sociólogo teórico alemão e professor de economia política. Acesso em 23 de setembro de 2025 <https://www.ebiografia.com/>.

¹³ Mao Tsé-Tung (1893-1976) foi um líder comunista e revolucionário chinês. Organizou a primeira guerrilha comunista na China, consolidou sua liderança e fundou a República Popular da China em 1949. Governou a China de 1949 a 1976. Acesso em 23 de setembro de 2025 <https://www.ebiografia.com/>.

¹⁴ Bertrand de Jouvenel (1903-1987) foi professor em importantes universidades europeias e americanas (Oxford, Cambridge, Manchester, Yale, Chicago, Berkeley, Faculté de Droit et de Sciences Économiques de Paris, INSEAD, CEDEP; doutor honoris causa da Universidade de Glasgow). É autor de várias e importantes obras de ciência política (*La Civilisation de Puissance*, 1976; *Les Origines de l'Etat Moderne*, 1976), sendo que sua obra-prima é *O Poder: história natural de seu crescimento*. Acesso em 23 de setembro de 2025 <https://videeditorial.com.br>.

O vigor de modo enequívoco designa algo no singular, uma entidade individual, e a propriedade inerente a um objeto ou pessoa que pertence ao seu caráter podendo provar-se. Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado pelos muitos, que não raro entrarão em acordo para nenhum outro propósito senão o de arruinar o vigor, precisamente por causa de sua independência peculiar. A hostilidade quase instintiva dos muitos contra o único tem sido sempre atribuída de Platão e Nietzsche, ao ressentimento, a inveja dos fracos e fortes, mas essa interpretação psicológica não atinge o alvo. E da natureza de um grupo e de seu poder voltar-se contra a independência, a propriedade do vigor (Arendt, 2024, p. 55-56).

O vigor é um atributo pessoal, é a força “interiorizada” e “encarnada” em um corpo ou indivíduo, não tem o caráter coletivo do poder, nem a exterioridade impessoal da força natural; vigor pode ser físico, moral ou espiritual. Ele pode inspirar respeito, mas é limitado. Por mais forte que seja um indivíduo, seu vigor desaparece frente à união de muito poder ou seja; um indivíduo vigoroso pode ser temido ou admirado, mas não funda legitimidade política duradoura. Um exemplo político foi Gandhi¹⁵, cujo vigor moral e pessoal impressionava, mas só ganhou eficácia porque foi acolhido e sustentado pela ação coletiva de milhares de indianos. Ditadores como Mussolini¹⁶ ou Hitler¹⁷ exploraram a imagem do vigor físico e moral para atrair massas, mas isso só se manteve com o aparato violento do Estado. (Arendt 2024).

A força que frequentemente empregando no discurso cotidiano como o nome da violência principalmente se está sempre como um meio de coesão, deveria ser reservado na linguagem tecnológica as forças da natureza a força da circunstância isto é deveria indicar a energia liberada por movimento físico sociais. (Arendt 2024, p. 56).

A palavra “força” em Arendt é polissêmica¹⁸. No uso comum, confunde-se com violência ou poder, mas Arendt ressalta que a força tem um caráter quase físico natural, anterior ou exterior ao âmbito da ação política propriamente dita, e uma energia acumulada, seja no indivíduo, seja em estruturas sociais ou históricas. Diferente do poder, não é fruto da ação

¹⁵ Mahatma Gandhi (1869-1948) foi um líder pacifista indiano. Principal personalidade da independência da Índia, então colônia britânica, ganhou destaque na luta contra os ingleses por meio de seu projeto de não violência. Acesso em 23 de setembro de 2025 <https://www.ebiografia.com/>

¹⁶ Benito Mussolini (1883-1945) foi um político italiano. Foi o líder do Partido Fascista, fundado em 1919, no final da Primeira Guerra Mundial. Governou a Itália como ditador de 1922 a 1943. Acesso em 23 de setembro de 2025 <https://www.ebiografia.com/>

¹⁷ Adolf Hitler (1889-1945) foi um político alemão, líder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista). Nomeado Chanceler, começou a aplicar o programa nazista. Numa sucessão de golpes, atos ilegais e assassinatos instalou sua ditadura. Com a morte do presidente alemão acumulou a função de chanceler e presidente. Era o início do Terceiro Reich. Acesso em 23 de setembro de 2025 <https://www.ebiografia.com/>.

¹⁸ **Polissêmica** é um fato linguístico em que uma palavra que pode ter vários significados. . Acesso em 23 de setembro de 2025. <https://www.todamateria.com.br/polissemia/>.

conjunta dos homens, mas de pressões inevitáveis, de mecanismos que se impõem quase como necessidade. Arendt distingue força natural a movimentos dos elementos ex: a força da gravidade, a força histórica ou social, pressões estruturais, força das circunstância que moldam decisões políticas.(Arendt 2024).

A autoridade relaciona com mais enganoso desses fenômenos e portanto em termos do qual se abusa com frequência pode ser invertida em pessoas algo como autoridade pessoal, por exemplo na relação entre crianças e seus pais e aluno e professor. E pode ser investido em cargo como, no senado romano da igreja, um padre pode conceder absolução mesmo bebado. Sua insignia é reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede a obedecer; nem a coeção nem a persuasão são necessárias. (um pai pode perder autoridade tanto a bater em seu filho tanto ao discutir com ele, ou seja tanto se comportando em relação a ele como um tirano tanto quando o tratando como igual. ``(Arendt, 2024, p. 56-57).

A autoridade é para Arendt um dos conceitos mais delicados, ela não depende de persuasão racional como o discurso nem de coerção como a violência a reconhece espontaneamente pelos que obedecem, baseada em uma legitimidade histórica ou simbólica. Arendt afirma que no mundo moderno a autoridade entrou em declínio, uma autoridade que precisa usar violência para se manter já não é mais autoridade, é sinal de sua falência. No mundo contemporâneo, a Constituição pode ter autoridade enquanto for legitimamente e aceita, mas quando precisa recorrer constantemente à repressão violenta, já revela a crise dessa autoridade. (Arendt 2024).

4. Capítulo III

A crítica de Arendt aos regimes totalitários e sua análise sobre instrumentalização da violência no contexto estatal

Nesse capítulo foi realizado uma análise filosófica, de como a violência tem essa capacidade do não pensamento crítico, generalizando os regimes totalitários que buscam o controle total através da violência, impedindo o poder de se alocar ao Estado.

Em *Origens do Totalitarismo*, Arendt desvenda a estrutura e o funcionamento dos regimes nazista e stalinista, identificando neles uma nova forma de governo que transcende as categorias políticas tradicionais. O totalitarismo, segundo ela, busca eliminar a pluralidade e a espontaneidade humanas, características essenciais da vida política. Para isso, utiliza o terror como seu principal instrumento, não apenas para intimidar os oponentes, mas para moldar a própria realidade e a consciência dos indivíduos. O terror totalitário não se dirige apenas aos inimigos declarados, mas a todos os cidadãos, criando um ambiente de suspeita e medo generalizados. (Arendt 2012) “O terror é a realização da lei de movimento do totalitarismo; seu objetivo principal é tornar os seres humanos supérfluos, transformando-os em meros espécimes da espécie humana”. (Arendt, 2012, p. 465).

A violência, nesse sentido, não é um desvio, mas a própria essência do regime, que visa a aniquilação da individualidade e da capacidade de ação. Arendt (2012) argumenta que o terror totalitário é diferente do terror de outras formas de governo, como a tirania, porque ele não visa apenas a supressão da oposição, mas a eliminação de toda a espontaneidade humana. Ele cria um mundo onde não há espaço para a liberdade, onde todos os indivíduos são reduzidos a meros autômatos, agindo de acordo com as diretrizes da ideologia dominante. A violência, nesse contexto, é usada para destruir a capacidade humana de pensar, de agir e de se relacionar, transformando os indivíduos em massas homogêneas e facilmente manipuláveis. A instrumentalização da violência no contexto totalitário é, para Arendt, um reflexo da ausência de poder legítimo. Onde não há consenso e deliberação, a violência se torna o único meio de controle. O caso Genivaldo, mencionado na pesquisa, embora não seja um exemplo de regime totalitário, ilustra a instrumentalização da violência por parte do poder estatal quando há uma falha na manutenção da ordem através do consenso.

A brutalidade empregada, a desumanização da vítima e a violação de sua integridade física e psíquica ecoam, em menor escala, a lógica de aniquilação da individualidade que Arendt identifica nos regimes totalitários. A violência policial, quando se torna um fim em si mesma,

revela a fragilidade da autoridade e a incapacidade de exercer o poder de forma legítima, recorrendo à força como substituto da persuasão e do diálogo. Arendt (2012) nos lembra que a violência é sempre um sinal de impotência, e que os regimes totalitários, apesar de sua aparente força, são intrinsecamente frágeis, pois dependem da constante aplicação da violência para manter o controle. A ausência de poder legítimo, baseado no consenso e na ação conjunta, torna esses regimes vulneráveis a qualquer falha na máquina de terror. A violência, portanto, não é um sinal de força, mas de fraqueza, e sua utilização excessiva leva à desintegração da esfera política e à destruição da liberdade.

A resistência civil, para Arendt, não é um ato de violência, mas um ato de poder, diante da ameaça da violência estatal e da instrumentalização da força, o papel da sociedade civil torna-se crucial na contenção do poder ilegítimo e na restauração do poder legítimo. A sociedade, entendida como o conjunto de associações e instituições que operam fora da esfera estatal, é o espaço onde a pluralidade e a liberdade podem ser cultivadas e onde a ação conjunta pode emergir. É através da organização e da mobilização dos cidadãos que a resistência ao poder ilegítimo se torna possível. Arendt (2024) nos lembra que o poder reside na capacidade de agir em concerto, e que a violência, por mais eficaz que seja em um primeiro momento, não pode sustentar um governo a longo prazo.

A resistência pacífica, a desobediência civil e a formação de redes de solidariedade são formas de ação que, ao invés de recorrerem à violência, buscam restaurar o poder legítimo, baseado no consentimento e na participação dos cidadãos. A vitalidade da esfera pública e a capacidade de ação conjunta da sociedade civil são, portanto, os principais antídotos contra a tirania e a violência estatal. Arendt (2012) enfatiza que a sociedade civil é o espaço onde a liberdade pode ser exercida e onde o poder pode ser gerado. Quando o Estado abusa de sua força e recorre à violência, a sociedade civil tem o potencial de se opor a essa instrumentalização, reafirmando os princípios da pluralidade, pois ela se baseia na capacidade de agir em conjunto e de recusar a obediência a um poder ilegítimo. A filósofa nos convida a refletir sobre a importância de fortalecer a sociedade civil como um espaço de resistência e de construção do poder legítimo, capaz de conter a violência estatal e de preservar a liberdade e a pluralidade.

A ascensão desses projetos políticos autoritários ditatoriais põe em risco a democracia, trazendo à lembrança o pesadelo do totalitarismo. Arendt (1985) observou: 'A distinção decisiva entre o domínio totalitário, baseado no terror, e as tiranias e ditaduras, impostas pela violência, é que o primeiro volta-se não apenas contra os seus inimigos mas também contra os amigos e correligionários, pois teme todo o poder, até mesmo o poder dos amigos. O clímax do terror é alcançado quando o Estado policial começa a devorar os seus próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje. É este o momento quando o poder desaparece inteiramente. (Novaes, 2022).

Novais¹⁹, (2022) na perspectiva de Arendt tenta ilustrar como a violência no regime totalitário deixa de ser um instrumento e se torna estrutural, corroendo tanto o poder legítimo quanto a confiança social, o terror não é usado apenas contra inimigos externos, mas também contra aliados e membros do próprio grupo de apoio. Isso revela algumas características cruciais como, a paranoia institucional de um regime que teme qualquer forma de poder que não seja totalmente subordinada, inclusive dentro de seus próprios quadros que leva a uma autodestruição interna ao atacar aliados, o regime mostra que não existe base sólida de legitimidade ou poder compartilhado que só a violência mantém a ordem e a fragilidade do totalitarismo que gera um terror extremo a evidencia que o poder não se sustenta pelo consenso, mas pela coerção contínua, tornando o regime estruturalmente instável.

Exemplo histórico: os expurgos stalinistas, onde membros do Partido Comunista eram executados ou enviados para campos de trabalho, mesmo sendo leais à ideologia do regime. Ao atacar amigos e correligionários, o regime elimina qualquer forma de pluralidade.²⁰ A pluralidade é essencial para o poder legítimo, pois permite que diferentes vozes participem da ação política. O totalitarismo, portanto, transforma a esfera pública em espaço de medo, vigilância e obediência forçada, destruindo o diálogo, a negociação e a participação cidadã. A violência não é apenas um meio, mas uma condição de existência do regime. Quando o terror consome até aliados, ele cria uma realidade política onde só a coerção prevalece, transformando medo em instrumento de governabilidade. A frase da citação evidencia que a violência substitui qualquer forma de legitimidade ou autoridade, instaurando um estado de anti-políticos de regimes autoritários modernos: perseguições internas, censura e uso seletivo da violência contra opositores e aliados podem indicar práticas totalitárias latentes. Uma atenção à fragilidade do poder baseado somente na força, mesmo regimes aparentemente sólidos podem ser estruturalmente frágeis se não houver consenso social. (Arendt 2020, apud SILVA(2022).

¹⁹Ariana Carvalho Novais, doutora em Filosofia e com estágio de pós-doutorado em Filosofia pela USP. É coordenadora do grupo de pesquisa "A filosofia em Hannah Arendt: significado e experiência viva" no Labô, PUC-SP. Autora dos livros O canto de Perséfone, Hannah Arendt no século XXI: a atualidade de uma pensadora independente e Cultivar a vida do espírito: Hannah Arendt e o significado político do pensamento. <https://offlattes.com/archives/author/adriana-novaes>. Acesso em 23 de setembro de 2025.

²⁰<https://brasil.elpais.com/> um contexto histórico aos expurgos estalinistas. Acesso em 23 de setembro de 2025.

A impunidade histórica em casos de violência policial é uma preocupação central. Embora os agentes envolvidos na morte de Genivaldo tenham sido condenados em 2024, com penas que variam de 23 a 28 anos de prisão, a demora na responsabilização e a necessidade de apuração de denúncias adicionais indicam falhas no sistema de justiça. A resposta institucional, muitas vezes, é lenta e insuficiente para prevenir abusos futuros.²¹

A morte de Genivaldo gerou uma onda de indignação e mobilização social, se espalharam nas redes sociais, refletindo o clamor por justiça e mudanças estruturais nas práticas policiais. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais têm pressionado por reformas significativas nas políticas de segurança pública e pela implementação de treinamentos que incluam Direitos Humanos na formação policial.

O filósofo Giorgio Agamben (2003)²², ao discutir a exceção e a soberania, argumenta que o Estado de exceção se torna a regra, permitindo que a violência seja legitimada como instrumento de governança. O caso Genivaldo ilustra essa lógica, na qual a vida de um cidadão é reduzida a um objeto de controle e eliminação, sem respeito à dignidade humana. Além disso, a filósofa Judith Butler²³ (2009), ao abordar a questão da vulnerabilidade, destaca que a vida de certos grupos sociais é considerada menos valiosa, o que facilita a normalização da violência contra eles. Genivaldo, enquanto homem negro e com deficiência, representa essa vulnerabilidade exacerbada, tornando sua morte um reflexo das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. O caso de Genivaldo de Jesus Santos é um chamado urgente para a reflexão sobre as práticas policiais no Brasil e no mundo. É imperativo que haja uma reavaliação profunda das políticas de segurança pública, com ênfase na formação ética e no respeito aos direitos humanos. Além disso, é essencial que a sociedade civil continue mobilizada, pressionando por reformas que garantam a justiça e a equidade para todos os cidadãos. Somente por meio de uma transformação estrutural será possível evitar que tragédias como a de Genivaldo se repitam.

²¹ <https://www12.senado.leg.br/caso-genivaldo>, condenacao dos agentes da Policia Rodoviaria Federal. Acesso em 23 de setembro de 2025.

²² Giorgio Agamben (n. 1942) é uma das principais figuras da filosofia e da teoria política. Suas leituras únicas de literatura, teoria literária, filosofia continental, pensamento político, estudos religiosos e arte fizeram dele um dos pensadores mais inovadores do nosso tempo. Acesso em 23 de setembro de 2025
<https://colunastortas.com.br/>

²³ Judith Butler (1956) é uma filósofa, teórica e acadêmica norte-americana que se tornou uma referência fundamental nos estudos de gênero atuais. . Acesso em 23 de setembro de 2025
<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/judith-butler/>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou analisar a complexa relação entre violência e poder estatal na obra de Hannah Arendt, partindo da problematização sobre como o surgimento de comportamentos violentos do poder estatal pode ser esclarecido e o que diferencia essas ações no pensamento da filósofa. Ao longo dos capítulos, foram exploradas as distinções fundamentais propostas por Arendt, a crítica aos regimes totalitários e a importância da ação e do discurso na construção do espaço público. Em primeiro lugar, a pesquisa demonstrou que, para Hannah Arendt, poder e violência são conceitos antagônicos²⁴.

Explica que a violência, embora possa ser eficaz em destruir o poder, jamais poderá criá-lo ou sustentá-lo de forma duradoura, pois a obediência forçada é sempre precária e insustentável a longo prazo. A filósofa nos convida a reconhecer que a verdadeira força de um governo reside na sua capacidade de inspirar e manter o consenso, e não na sua habilidade de impor a vontade pela força. Em segundo lugar, a análise dos regimes totalitários, conforme Arendt expõe em *Origens do Totalitarismo*, revelou que a violência assume um papel central e intrínseco a esses sistemas. O terror totalitário não é um desvio, mas a própria essência de um regime que busca aniquilar a pluralidade e a individualidade.

A instrumentalização da violência, seja em contextos totalitários ou em casos de abuso de poder estatal, como o exemplo de Genivaldo, demonstra a falha na manutenção da ordem através do consenso e a substituição do poder legítimo pela coerção. Arendt (2024) argumenta que o terror totalitário é diferente do terror de outras formas de governo, como a tirania, porque ele não visa apenas a supressão da oposição, mas a eliminação de toda a espontaneidade humana. Ela nos alerta para a formação de uma "cultura da violência", na qual a exposição constante a atos violentos leva à dessensibilização e à normalização, comprometendo a liberdade e a capacidade de resistência da sociedade. "A cultura da violência se desenvolve quando as pessoas são expostas à violência com frequência, seja através da mídia, da experiência pessoal ou da educação" (Arendt, 2012, p.23). Essa banalização da violência é um dos maiores perigos para a vida política, pois ela corrói a capacidade de indignação e de resistência, tornando a sociedade mais suscetível à dominação e à perda da liberdade. Por fim, a investigação sobre *A Condição Humana* ressaltou a importância da ação e do discurso na

²⁴ Antagônico, e uma característica do que é contrário ou oposto; contrário, incompatível, oposto: argumento antagônico. . Acesso em: 04 setembro 2025. Disponível em: : <https://www.dicio.com.br/oriundo/>.

construção do espaço público. A ação, como capacidade de iniciar algo novo e de revelar a singularidade humana, e o discurso, como meio de tornar a ação inteligível, são as atividades políticas por excelência. O espaço público, como *locus* de aparição e interação, é onde o poder se gera e se fortalece através do consenso.

A sociedade civil, ao cultivar a pluralidade e a liberdade, desempenha um papel fundamental na contenção da violência estatal, resistindo ao poder ilegítimo e buscando restaurar o poder legítimo baseado no consentimento e na participação dos cidadãos. A vitalidade da esfera pública e a capacidade de ação conjunta são os antídotos arendtianos contra a tirania e a violência estatal. Arendt (2024) nos lembra que a liberdade política não é um dado, mas uma conquista que precisa ser constantemente cultivada e defendida através da ação e do discurso no espaço público. A resistência à violência e à tirania não se dá pela força, mas pela reafirmação da capacidade humana de agir em concerto e de construir um mundo comum baseado na pluralidade e no respeito mútuo. Em suma, a obra de Hannah Arendt oferece um arcabouço teórico robusto para compreender a origem da violência no poder estatal. Ela não surge de uma extensão natural do poder, mas sim de sua ausência ou fragilidade. A diferença fundamental entre poder e violência reside na sua natureza: o poder é construtivo e consensual, enquanto a violência é destrutiva e coercitiva. A superação da violência estatal, portanto, não se dá pelo aumento da força, mas pelo fortalecimento do poder legítimo, que se manifesta na ação conjunta e no discurso livre em uma esfera pública vibrante.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah.** *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- ARENDT, Hannah.** *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDT, Hannah.** *Sobre a Violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- AGAMBEN, Giorgio.** *Estado de exceção*. Trad. de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARNALDO, Danilo Briskievicz.** Arendt, Hannah, 1906-1975, Poder (Filosofia), Filosofia, Violência, Modernidade,, editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. <https://repositorio.ufmg.br/>.
- BUTLER, Judith.** *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- ECO, Umberto.** *Como se Faz Uma Tese*. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- FOUCAULT, Michel.** *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- OLIVEIRA, Luciano.** *10 Lições sobre Hannah Arendt*, Editora Vozes. Rio de Janeiro, 201
<https://seduc.to.gov.br/>
- NOVAES, Adriana.** "*Totalitarismo: conceito, elementos persistentes e o mal no Brasil*", publicado na *Eleuthería – Revista do Curso de Filosofia da UFMS*, volume 7, número 12, em 2022.
- PINHEL, Karla** “*violência e poder em hannah arendt*” 1DOI: <https://doi.org/10.26694/ca.v1i1.9644>.CADERNOS ARENDT, V. 01.